

As resoluções posteriores prometidas demoraram a sair. Para a Biblioteca, readquirir pelo menos o seu *status* anterior era um desafo. Prometia-se, até, a autonomia tão desejada, tão esperada. A princípio, entretanto, tudo não passou de um grande logro. Foram seis meses de uma espera longa e sobretudo terrivelmente dolorosa. A Biblioteca, ainda sem estrutura própria, e sem pertencer mais à Fundação Pró-Leitura, que tinha sido extinta, ficou totalmente indefinida dentro do organograma governamental. Um mês depois da famosa Lei 8 029, foi nomeado um inventariante com a missão de proceder à "reforma administrativa" do órgão. Chegando de Brasília, com plenos poderes, o inventariante tinha ordem, dada pelos mais altos escalões, de reduzir, aleatoriamente, 30% da lotação do seu quadro de pessoal. Ora, como tudo o que é improvisado, esta determinação não tomava em consideração alguns componentes do seu próprio contexto. Um deles é que havia uma Constituição em vigor, que garantia a estabilidade para todos os servidores públicos com mais de cinco anos de serviço. Criava-se um impasse. Com um bom jogo de cintura, porém, tal impasse não demorou a ser resolvido, com a criação de uma nova figura legal que tiraria o Governo do aperto: colocavam-se em *disponibilidade* os servidores protegidos pela Constituição e demitiam-se sumariamente os demais. Colocar em disponibilidade significava afastar o servidor da instituição em que trabalhava, sem, contudo, demiti-lo: ele ficava em casa, recebendo os seus vencimentos, à espera da aposentadoria ou de que outra instituição pública federal o avocasse para preencher alguma eventual vaga no seu quadro.

Não é fácil descrever o desespero causado por essa situação entre os funcionários da Biblioteca, nem a sensação de perigo que ela trazia para a própria instituição. Vimos, no correr destas páginas, que desde os mais remotos tempos, todos os prefeitos, zeladores, diretores e diretores-gerais reclamavam contra o número insuficiente de servidores. Plínio Doyle, em 1981, apenas nove anos antes, computava a falta, para os serviços essenciais, de pelo menos 190 servidores, número este que aumentava sempre, com as mortes, aposentadorias e demissões, sem que houvesse permissão do Governo para substituí-los. E, de repen-